

Estudo Técnico Preliminar 27/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 00179.003393/2023-76

2. Descrição da necessidade

Trata-se de contratação da prestação do serviço de Vigilância/Segurança Patrimonial Desarmada, para o Escritório Descentralizado do CAU/SP, em Ribeirão Preto, de forma contínua, com dedicação exclusiva de mão de obra.

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [ANO], conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 15131560000152-0-000001/2024;
- II) Data de publicação no PNCP: 13/11/2023;
- III) Id do item no PCA: 15;
- IV) Classe/Grupo: 979 - OUTROS SERVIÇOS DIVERSOS/MISCELÂNEA;
- V) Identificador da Futura Contratação: 926507-90012/2023

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Escritório Descentralizado do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo, em Ribeirão Preto	Ana Luisa Miranda
Gerência dos Escritórios Descentralizados do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo	Fabício Linardi

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Contratação da prestação do serviço de Vigilância/Segurança Patrimonial Desarmada, para o Escritório Descentralizado do CAU/SP, em Ribeirão Preto, de forma contínua, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

O(s) serviço(s) objeto desta contratação é caracterizado como comum(ns), nos termos da Orientação normativa da AGU no 54, de 25 de abril de 2014, tendo em vista sua necessidade permanente para o bom andamento das atividades do Conselho.

A modalidade de licitação será o pregão eletrônico, considerando o que determina o inciso XLI do artigo 6º da Lei 14.133/2021.

O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da ordem de início, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

A contratada deverá assegurar 01 (um) posto diurno de 44 (quarenta e quatro) horas semanais - de segunda-feira a sexta-feira, das 8h00 às 17h00 e de sábado, das 8h00 às 12h00. O trabalho aos sábados será realizado conforme a demanda do CAU/SP e as horas não trabalhadas aos sábados integrarão o banco de horas. A cobertura do posto no período de descanso e almoço será indenizada.

A contratada deverá disponibilizar um preposto que fará a interlocução com a Contratante, fiscais de contrato e equipe de funcionários. Ao preposto caberá a supervisão dos serviços, atendimento das demandas dos funcionários lotados e identificação de falhas, riscos e oportunidades de incremento da segurança.

A supervisão dos serviços *in loco* deverá ocorrer em periodicidade quinzenal, mediante acordo e programação junto ao fiscal do contrato da Contratante.

Os contratados para a função de Vigilante Desarmado deverão possuir as seguintes qualificações mínimas:

- Ser brasileiro;
- Estar quite com as obrigações eleitorais e militares;
- Ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos;
- Ter instrução correspondente ao quarto ano do primeiro grau;
- Ter sido aprovado em exames de saúde e de aptidão psicológica;
- Ter sido aprovado em curso de formação de Vigilante, realizado por empresa de formação devidamente autorizada pelo Órgão competente, mediante apresentação de certificação;
- Apresentar certificado válido emitido pelos órgãos competentes, para atuação como vigilante não armado;
- Ter idoneidade comprovada mediante a apresentação de antecedentes criminais, sem registros de indiciamento em inquérito policial, de estar sendo processado criminalmente ou ter sido condenado em processo criminal.

O serviço de vigilância deve ser prestado ininterruptamente, devendo a Contratada garantir que o posto de vigilância não fique descoberto.

A Contratada deverá assegurar a substituição imediata do ocupante do posto em caso de ausências por afastamento médico ou outras razões, a fim de não deixar o posto descoberto por incidentes com o ocupante do posto.

A prestação do serviço de vigilância/segurança patrimonial, no posto fixado pelo Contratante, envolve a alocação, pela Contratada, de profissionais devidamente habilitados, portando obrigatoriamente a respectiva Carteira Nacional de Vigilantes, nos termos da Lei Federal nº 7.102 de 20/06/83, alterada pelas Leis Federais nos 8.863/94 e 9.017/95, pela Medida Provisória nº 2.184/01 e pela Lei Federal nº 11.718/08, regulamentada pelos Decretos nos 89.056 de 24.11.83 e 1.592, de 10.08.95, bem como pelas Portarias DPF nº 891/99, DPF nº 320/04, DG/DPF nº 3.233/2012 e DG/DPF nº 3.258/2013, bem como pela alteração do art. 193 da CLT dada pela Lei Federal nº 12.740/12, e suas atualizações e capacitados para: garantir um sistema de comunicação eficiente, que atenda às necessidades do Conselho e dos vigilantes com a empresa e com todos os órgãos que garantam a proteção e o bom andamento dos serviços, tais como Polícia Militar, GCM, SAMU entre outros.

O vigilante irá alternar sua função entre guarda patrimonial (fixa) e ronda (móvel), que por sua vez será realizada a pé nas dependências internas do imóvel.

O vigilante deverá assumir o posto, devidamente uniformizado, e com aparência pessoal adequada (asseado tanto uniforme como a pessoa, barba e cabelos aparados).

O vigilante deverá comunicar imediatamente à Contratante, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.

O vigilante deverá comunicar à área administrativa da Contratante, todo acontecimento entendido como irregular e que atente contra seu patrimônio, tais como alterações em portas, janelas, cadeados, obras de arte, grades, alambrados, gradis, jardins, e qualquer alteração não relatada pelo posto anterior para anunciar possíveis furtos ou degradações do patrimônio bem como se resguardar de futuras cobranças.

O vigilante deverá registrar e controlar diariamente as ocorrências do posto em que estiver prestando seus serviços.

O vigilante deverá manter afixado no posto, em local visível, o número do telefone da Delegacia de Polícia da Região, do Corpo de Bombeiros, Defesa Civil, CETESB - Companhia da Tecnologia de Saneamento Ambiental, dos responsáveis pela administração Conselho e outros de interesse geral.

O vigilante deverá observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do posto, adotando as medidas de segurança conforme orientação recebida da Contratante, bem como as que entender oportunas; acionar órgãos competentes, PM, GCM, Corpo de Bombeiros entre outros.

O vigilante deverá permitir o ingresso nas instalações somente de pessoas previamente autorizadas e identificadas, durante o expediente, mantendo sempre as áreas predeterminadas fechadas, nos horários e locais correspondentes ao fechamento desses espaços.

O vigilante deverá controlar a entrada e saída de empregados/funcionários, conselheiros e visitantes, após o término de cada expediente de trabalho, na conformidade do que venha a ser estabelecido pela Contratante.

O vigilante deverá colaborar com as Polícias Civil e Militar nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações da Contratante, facilitando, no que for possível, a atuação daquelas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual ocorrência.

O vigilante deverá proibir o ingresso de vendedores, ambulantes, ou quaisquer pessoas que estejam praticando ações em desacordo com as regras e normas vigentes nas instalações, sem que estes estejam devida e previamente autorizados pela Contratante.

O vigilante deverá proibir a aglomeração de pessoas junto ao posto, comunicando o fato à Contratante.

O vigilante deverá proibir todo e qualquer tipo de atividade comercial junto ao posto e imediações, que impliquem ou ofereçam riscos à segurança dos serviços e/ou das instalações.

O vigilante deverá proibir a utilização do posto para guarda de objetos estranhos ao local, assim como de bens particulares de empregados ou de terceiros.

O vigilante não deverá se ausentar do posto, exceto para o descanso/ refeição.

O vigilante deverá executar a(s) ronda(s) diária(s) conforme a orientação recebida da Contratante, verificando todas as dependências das instalações, adotando os cuidados e providências necessárias para o perfeito desempenho das funções e manutenção da ordem nas instalações.

O vigilante deverá colaborar nos casos de emergência ou abandono das instalações, visando à manutenção das condições de segurança das pessoas e patrimônio.

A Contratada deverá cumprir a programação dos serviços feita periodicamente pela Contratante, com atendimento sempre cortês e de forma a garantir as condições de segurança das instalações, dos empregados dessas pessoas em geral que se façam presentes.

As ações do vigilante devem se restringir aos limites das instalações da Contratante e estarão circunscritas à sua área de atuação estabelecida pela legislação específica.

Os trabalhos deverão ser executados de forma a garantir os melhores resultados, cabendo à Contratada aperfeiçoar a gestão de seus recursos - sejam humanos ou materiais - com vistas à qualidade dos serviços e à satisfação da Contratante.

A Contratada responsabilizar-se-á integralmente pelos serviços contratados, cumprindo evidentemente, as disposições legais que interfiram em sua execução.

Remuneração dos Prestadores de Serviços:

A Contratada deverá estabelecer o salário inicial de seus funcionários, conforme suas políticas internas de remuneração, devendo assegurar as condições estabelecidas em convenção ou acordo coletivo da categoria.

A Contratada deverá proporcionar os benefícios aos seus funcionários, conforme suas políticas internas de benefícios, devendo assegurar as condições previstas em convenção ou acordo coletivo da categoria.

A Contratada deverá observar as condições e características do objeto, para que o fornecimento dos benefícios aos seus funcionários seja condizente com a realidade e particularidade dos postos, não gerando aos seus funcionários inconveniências ou dificuldades que poderão afetar negativamente a qualidade do serviço.

Os créditos de auxílio-transporte deverão ser efetuados ao funcionário antes do início das atividades, em quantidade e modalidade necessárias ao funcionário, não sendo possível a limitação de quantidade de passagens ou valores, que infrinjam a legislação e que podem acarretar desconfortos, desgastes físicos desnecessários e outras implicações que podem prejudicar a qualidade dos serviços.

Mensalmente, o crédito do vale transporte deverá ocorrer antes do início da próxima vigência, não podendo haver atrasos que possam comprometer o deslocamento dos funcionários.

A Contratada deverá disponibilizar mensalmente, auxílio refeição ao seu funcionário para a quantidade de dias úteis do mês, em valor facial correspondente a média de mercado na região do posto de trabalho, não podendo ser inferior aos valores mínimos estipulados em acordo, convenção e dissídio coletivo.

Será facultativo ao prestador de serviços, o uso de marmitas, quando houver disponibilidade física adequada no imóvel, como copa ou refeitório, dispondo de geladeiras, fogão e micro-ondas, não desobrigando o fornecimento do auxílio refeição, conforme cumprimento dos documentos sindicais.

Os créditos de auxílio refeição deverão ser efetuados no início das atividades e sempre anterior ao mês de referência.

5. Levantamento de Mercado

No levantamento de mercado foi considerado o Processo Administrativo 13/2022 - Vigilância/ Segurança Patrimonial do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo para a elaboração do Termo de Referência. Além disso, houve uma verificação dos parâmetros da prestação desse serviço em 05 (cinco) empresas que atuam no município de Ribeirão Preto, o que permitiu as adequações à realidade regional.

6. Descrição da solução como um todo

A descrição da solução como um todo, abrange a prestação do serviço de Vigilância/Segurança Patrimonial Desarmada, no Escritório Descentralizado do CAU/SP, em Ribeirão Preto, conforme local descrito abaixo, nos termos da Lei nº 7.102/83, com suas alterações e regulamentações, bem como pela alteração do artigo 193 da CLT dada pela Lei Federal 12.740/12.

Considerando as necessidades específicas de segurança e proteção do patrimônio da Casa da Arquitetura e Urbanismo do CAU/SP, em Ribeirão Preto, bem como a legislação vigente que regula as atividades de segurança privada no Brasil, optou-se pela contratação de serviços de vigilância executados por vigilantes em detrimento da contratação de vigias. Esta decisão baseia-se em diversos fatores técnicos e legais, detalhados a seguir:

- a. **Qualificação e Formação:** a Lei nº c, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/1983 e alterações posteriores, estabelece requisitos específicos para a atividade de vigilância, incluindo a necessidade de formação em curso de formação de vigilante autorizado pela Polícia Federal. Os vigilantes são profissionais capacitados para atuar na prevenção e na reação a incidentes de segurança, possuindo habilidades e conhecimentos específicos que os habilitam a executar um plano de segurança eficaz, o que não é exigido legalmente para a função de vigia.
- b. **Atividades Regulamentadas:** diferentemente dos vigias, que realizam a guarda patrimonial sem o porte de armas e com um escopo de atuação mais limitado, os vigilantes estão legalmente habilitados para o porte de armas (quando necessário e devidamente autorizado pelos órgãos competentes), uso de equipamentos de segurança e execução de procedimentos de segurança mais complexos. Esta capacitação permite uma atuação mais efetiva na prevenção de delitos e na proteção de pessoas e patrimônios.
- c. **Especificidades do Posto de Serviço:** a Casa da Arquitetura e Urbanismo do CAU/SP, em Ribeirão Preto apresenta características e necessidades de segurança que demandam um serviço de vigilância especializado, tendo em vista tratar-se de um imóvel térreo, com considerável área externa e reduzida equipe de funcionários, com revezamento entre trabalho presencial e home office. A complexidade e a criticidade destas demandas justificam a escolha por profissionais qualificados e habilitados para enfrentar desafios de segurança de forma eficiente e eficaz.
- d. **Responsabilidade e Abrangência:** a função de vigilante, por sua formação e regulamentação, engloba uma responsabilidade maior e uma abrangência de atuação mais ampla em comparação ao vigia. Isso inclui a capacidade de realizar rondas, monitorar sistemas de segurança eletrônica, identificar e reagir a ameaças de maneira proativa, o que é essencial para a manutenção da segurança no ambiente em questão.
- e. **Conformidade Legal e Segurança Ampliada:** A opção por vigilantes assegura a conformidade com as normativas legais aplicáveis à segurança privada e promove um ambiente mais seguro para todos os envolvidos, contribuindo para a prevenção de riscos e a proteção integral do patrimônio e das pessoas.

Os serviços implicam em dedicação exclusiva de mão de obra, além do fornecimento de uniforme, acessórios e EPIs, na quantidade mínima necessária, descrita no Termo de Referência.

Os serviços descritos no objeto deste documento deverão ser realizados no endereço: Rua Comte Marcondes Salgado, 1857, Jardim Sumaré – Ribeirão Preto/SP.

Os serviços aqui descritos serão complementares ao recurso já adotado para monitoramento eletrônico. Por todo o imóvel, estão instaladas câmeras de filmagem e sistemas acionadores de alarme por movimentos. Os equipamentos instalados fazem parte do imóvel locado pelo CAU/SP.

7. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 437.658,80

A estimativa do valor da contratação foi obtida por meio do preço médio de três orçamentos fornecidos diretamente por empresas que atuam na área do objeto, no município de Ribeirão Preto, conforme demonstrado no documento Pesquisa de preços e resumido na tabela abaixo:

Posto	Local	Quantidade de postos	Quantidade estimada de funcionários	Média Preço por funcionário (mês)	Média Preço Total (12 meses)
Vigilante diurno	Ribeirão Preto	1	1	R\$ 8.444,67	R\$ 101.336,04

A Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) utilizada para obter a estimativa de preço foi a do de 2024/2025 do SESVESP - SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANCA PRIVADA, SEGURANCA ELETRONICA E CURSOS DE FORMACAO DO ESTADO DE SAO PAULO, com número de registro no MTE SP000101/2024. No entanto, é importante observar que as empresas deverão adotar as CCTs das quais são signatárias.

Para a composição dos custos, foram considerados 26 (vinte e seis) dias mensais para o fornecimento dos benefícios diários (VR e VT), no entanto, os custos serão ajustados conforme os dias efetivos de execução, resultando em eventuais glosas.

A empresa contratada será responsável por arcar com o custo total de deslocamento dos funcionários, independentemente da quantidade de transporte necessário para o deslocamento entre a residência e o CAU/SP.

As empresas devem usar exclusivamente a planilha disponibilizada em excel para a elaboração de suas propostas. Durante o preenchimento da planilha, é possível ajustar os percentuais que não são definidos por lei. No entanto, o ressarcimento, nas ocorrências dos fatos geradores, será exatamente o valor provisionado que foi apresentado na proposta. Os valores não possíveis de alteração estarão bloqueados na planilha.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

O posto de vigilância diurna compreende a disponibilização de 1 (um) vigilante, especializado em vigilância e segurança patrimonial, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais - de segunda-feira a sexta-feira, das 8h00 às 17h00 e de sábado, das 8h00 às 12h00. O trabalho aos sábados será realizado conforme a demanda do CAU/SP e as horas não trabalhadas aos sábados integrarão o banco de horas. A cobertura do posto no período de descanso e almoço será indenizada.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A contratacao se refere a prestação do serviço de Vigilância/Segurança Patrimonial Desarmada para Sede do Escritorio Descentralizado do CAU/SP, em Ribeirao Preto. Tratando-se de objeto único, ou seja, apenas 01 (um) posto de vigilante não armado, não se aplica o parcelamento da proposta.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Considerando que já foi adotado o serviço complementar de monitoramento eletrônico na sede do Escritório Descentralizado do CAU/SP, em Ribeirão Preto, por meio de câmeras de filmagem e sistemas acionadores de alarme por movimentos, que fazem parte do imóvel locado pelo CAU/SP, não há necessidade de novas contratações correlatas e/ou independentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação de vigilante não armado faz parte das estratégias adotadas para viabilizar um dos Projetos Estruturantes do programa CAU/SP Território Paulista - denominado "Território - Casas da Arquitetura e Urbanismo Regionais" - integrante do Planejamento Estratégico 2022-2024 do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo - CAU/SP.

O "Território - Casas da Arquitetura e Urbanismo Regionais" tem o objetivo de oferecer espaços em que a localização, a estrutura física e a capacidade de aproximação com os arquitetos e urbanistas tornem "[...] todas as sedes no Estado de São Paulo referências para os profissionais de Arquitetura e Urbanismo e para a sociedade: lugares de encontro, acolhimento, atendimento, prestação de serviços e atividades culturais".

Assim, tendo em vista a mudança da sede do Escritório Descentralizado do CAU/SP, em Ribeirão Preto para uma residência monofuncional, em atendimento a tal planejamento, há necessidade de contratação de vigilante não armado, que dê suporte ao bom funcionamento da sede regional ao viabilizar a manutenção da ordem.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação tem o objetivo de assegurar à segurança patrimonial, material e humana do Escritório Descentralizado do CAU/SP, em Ribeirão Preto, com disponibilização de 01 (um) profissional capacitado para agir em situações de vulnerabilidade, garantindo aos colaboradores, profissionais e sociedade um atendimento eficaz.

Considerando que o serviço descrito não está contemplado no rol de atribuições das funções existentes no plano de cargos do Conselho, há necessidade de contratação de empresa especializada em Segurança Patrimonial por meio de processo licitatório, que garanta a ampla concorrência entre as empresas do segmento e a melhor oferta para o Órgão Público.

13. Providências a serem Adotadas

A equipe de planejamento deve previamente, por meio de avaliação do imóvel, onde funciona o Escritório Descentralizado de Ribeirão Preto, estabelecer a localização do posto de vigilância não armada mais adequada, bem como as rotas das rondas a serem feitas no interior do imóvel.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Com o objetivo de estabelecer critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica na contratação de serviços de vigilância, alinhados à Lei nº 14.133/2021 e ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, busca-se promover práticas que contribuam para a proteção do meio ambiente, para o bem-estar social e para a eficiência econômica.

Critérios Ambientais

Gestão de Resíduos: a contratada deverá implementar práticas eficientes de gestão de resíduos gerados pela atividade de vigilância, incluindo a separação, reciclagem e disposição adequada, minimizando o impacto ambiental.

Critérios Sociais: inclusão Social e Capacitação: Priorizar a inclusão de indivíduos em situação de vulnerabilidade social no quadro de vigilantes, promovendo programas de capacitação e qualificação profissional.

Condições de Trabalho: assegurar condições de trabalho dignas, respeitando a legislação trabalhista, incluindo saúde e segurança no trabalho, jornada de trabalho justa e remuneração adequada.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

1.

O Estudo Técnico Preliminar evidencia que, a contratação da solução descrita neste estudo mostra-se tecnicamente possível e absolutamente necessária. Diante do exposto, declara-se viável a contratação.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FABRICIO DE FRANCISCO LINARDI

Gerente dos Escritórios Descentralizados

ANA LUISA MIRANDA

coordenadora do Escritório Descentralizado do CAU/SP, em Ribeirão Preto

ALEXANDRE PIERO

Gerente Administrativo